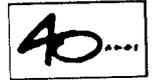


CESP

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO
ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS DE PORTUGAL



marcamos o tempo
com a luta de quem trabalha

Ao
Presidente da Comissão de Trabalho S.
Social e Administração Pública
Dr. Ramos Preto
Assembleia da República
Praça de S. Bento
1200-814 Lisboa

Ofício nº 1.72 Min: MG/LM Lisboa, 06 de Abril de 2010

Assunto: **Grupo Alicoop**

Exmo. Senhor,

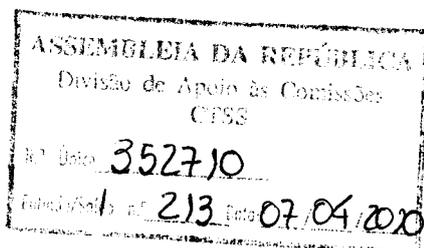
A situação que se vive no grupo Alicoop é desesperada para os seus cerca de 500 trabalhadores e para a generalidade dos credores, a prosseguir a actual estratégia imposta pela prevalência das posições ditadas pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) que acabará, nos próximos dias, no fecho final das lojas e na entrega do património ao desbarato, com prejuízo para todos, em especial para a região do Algarve, já fortemente penalizada pelo desemprego.

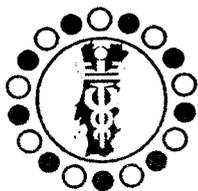
Solicitamos a V. Exa. uma reunião com carácter de muita urgência.

Aproveitamos para lhe remeter a Moção aprovada, por unanimidade, na última reunião de trabalhadores de todo o Grupo Alicoop, no dia 5 de Abril de 2010.

Aguardando a sua melhor atenção, apresentamos os melhores cumprimentos.

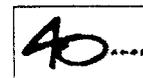
A Direcção Nacional do CESP





CESP

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO
ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS DE PORTUGAL



marcamos o tempo
com a luta de quem trabalha

Moção

Os trabalhadores das empresas Alicoop, Alisuper, Macral e Geneco e reunidos em 5 de Abril em Silves para conhecer os últimos desenvolvimentos relacionados com o processo de insolvência das empresas, nomeadamente, com as posições expressas na última reunião da Comissão de Credores, que na prática mostram que alguns membros daquela comissão, nomeadamente, a Caixa Geral de Depósitos, apostam tudo no fecho das empresas e na venda ao “desbarato” dalgumas lojas tentando, com isso minimizar as suas graves responsabilidades na perda de 500 postos de trabalho e dos créditos dos fornecedores e banca, no montante de 80 milhões de euros.

Os trabalhadores desde a primeira hora apostaram no projecto de insolvência elaborado “a peso de ouro” pela Deloitte, por sugestão – imposição – da CGD e BCP que garante a viabilidade e o pagamento dos créditos a todos, num prazo inferior a 20 anos, com um investimento inicial de cerca de cinco milhões de euros e que tem merecido a aprovação do BCP e da generalidade dos credores que o conhecem.

Na linha da viabilização, na antecedente reunião da Comissão de Credores, tinha sido solicitado à Administração a apresentação dum plano para a abertura das lojas e a retoma imediata da actividade.

O Plano foi apresentado e não obteve resposta da Comissão de Credores (não o apreciou), enquanto nos bastidores eram desenvolvidos contactos que agora se percebe se destinavam a inviabilizar a reabertura do Grupo Alicoop e a abrir caminho para a **reentrada em cena da GCT** e do seu famoso projecto de adquirir algumas lojas ao “desbarato”. Ao mesmo tempo a **“posição de ajuste de contas” da CGD** ganhou terreno e começa a concretizar-se, forçando a desactivação e o fecho das lojas, a demissão da administração e a retirada do plano de insolvência do tribunal, abrindo caminho ao desaparecimento do grupo.

O comportamento do Administrador Judicial, senhor Jorge Manuel Calvete também suscita as maiores dúvidas, porque se por um lado se afirma defensor do plano de viabilização, apresentado no Tribunal de Silves, conforme a lei estipula, por outro, “mete paus na engrenagem” e tenta apressar o encerramento da empresa, com pretexto da defesa da massa falida, isto para já não falar da rejeição, sem fundamento, de centenas de processo de trabalhadores que obrigou a recorrer ao tribunal, é por estas e por iguais que se entopem os tribunais portugueses.

A GCT de quem alguns membros da Comissão de Credores esperam até hoje um projecto, é a resultante da integração das Cooperativas das Caldas da Rainha, Torrental e Grula, tem atrás de si um rasto de encerramentos e despedimentos enorme, e no momento em que a comissão de credores aguarda o seu projecto, diz em reunião com o CESP, “não estar compradora”, nem ter condições para “continuar a integrar e recuperar mais lojas” do seu grupo “Ponto Fresco”.

O plano GCT, não é mais do a retoma dum velho projecto de adquirir algumas lojas e patrimónios ao desbarato, coisa que já havia tentado, sem sucesso, junto da administração antes da insolvência e que fracassou, com se sabe porque não houve alinhamento com “jogadas por fora da mesa”.

Por isso não resta outra alternativa aos trabalhadores, credores e administração do Grupo Alicoop que não seja continuar a lutar pela viabilização das empresas, os postos de trabalho (nesse quadro a resolução do empréstimo individual para financiar o grupo ao BPN) e o retorno dos valores investidos aos credores, ainda que tenham de aguardar alguns anos.

Nesta linha os trabalhadores decidem:

1. Manifestar-se contra as tentativas de forçar a demissão da Administração que ficaram de ser feitas pelo administrador judicial;
2. Manifestar – se contra a retirada do Plano de Insolvência apresentado no Tribunal de Silves, elaborado com a participação de alguns grandes credores pela Deloitte que prevê as condições e prazos para a viabilização das empresas;
3. Manifestar – se contra o encerramento das lojas e contra o bloqueamento e falta do pagamento das rendas, com a consequente perda dos direitos, que vem sendo efectuada com a passividade dos Bancos credores e do Administrador Judicial. Dessa forma liquidam, sem ruído de facto a viabilidade das empresas, abrem caminho para a venda ao desbarato do que resta, prejudicando trabalhadores e credores;
4. Exigem o funcionamento da Comissão de Credores pelas regras legais a que está obrigada, nomeadamente, que seja convocada formalmente, reúna e decida sobre todas as matérias relativas às empresas, em tempo oportuno, elaborando actas das suas reuniões, o mesmo se aplica ao Administrador de Insolvência;
5. Exigem uma decisão da comissão de credores sobre o pagamento das rendas e a compra de produtos para as lojas abertas que assegure a sua continuidade;
6. Defendem a aprovação do plano de insolvência e sua apresentação à Assembleia de Credores para ser aprovado e posto em execução;
7. Decidem alertar todos os credores para tomarem as medidas necessárias à salvaguarda dos seus legítimos interesses ameaçados pelas tentativas de fazer do encerramento das empresas um facto consumado;

8. Decidem solicitar reuniões para expor a situação e exigir medidas:

- a) Membros da Comissão de Credores: BCP, CGD e Central de Cervejas;
 - b) Governadora Civil do Algarve;
 - c) Primeiro Ministro, Ministro de Economia e Ministra do Trabalho;
 - d) Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
 - e) Comissão de Economia da AR;
 - f) Presidência da República;
 - g) Escrever carta às Câmaras Municipais e Assembleias Municipais do Algarve a solicitar apoio e solidariedade;
9. Manifestam-se disponíveis para desenvolver as iniciativas e acções de luta que se mostrem adequadas e necessárias à execução dos objectivos acima definidos.
 10. Nomeiam uma Comissão constituída pelos dois representantes dos trabalhadores na Comissão de Credores, mais dois representantes da Alisuper e um por cada uma das restantes empresas, para acompanhar o sindicato nas reuniões e contactos com as diferentes entidades.

Silves, 5 de Abril de 2010

A Reunião de Trabalhadores da Alicoop, Alisuper, Macral e Geneco